



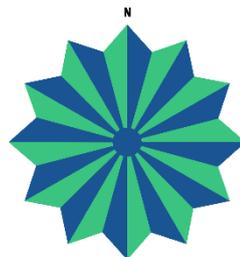
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA**  
**COORDENADORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

# **RELATÓRIO**

# **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

## **2015-2020**

## **EXERCÍCIO 2019**



**Belém- Pará**  
**Março/2020**

Dados internacionais de catalogação-na-fonte (CIP)

---

P221r Pará. Tribunal de Justiça. Departamento de Planejamento  
Gestão e Estatística.

Relatório de planejamento estratégico: 2019 / Tribunal de  
Justiça do Estado do Pará; Departamento de Planejamento,  
Gestão e Estatística, Coordenadoria de Gestão Estratégica.  
– Belém, 2020.

43 p.

1. Tribunal de Justiça - Planejamento estratégico -  
Relatório. 2. Tribunal de Justiça – Plano de ação - Relatório.  
3. Planejamento institucional. I. Título.

CDD 658.4012

---

**PRESIDENTE**

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares

**VICE-PRESIDENTE**

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro

**CORREGEDOR DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães

**CORREGEDORA DO INTERIOR**

Desembargadora Diracy Nunes Alves

**EQUIPE TÉCNICA****DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E ESTATÍSTICA**

Jonelson Magno Dias

**COORDENADORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

Valéria Athayde Fontelles de Lima

**ANALISTA JUCIÁRIO**

Alcimar Martins Júnior

**ANALISTA JUDICIÁRIO**

David da Silva Borges

**ANALISTA JUDICIÁRIO**

Luciana Vieira de Souza Caliarí

**ANALISTA JUCIÁRIO**

Luciana Sá Fernandes

**ANALISTA JUCIÁRIO**

Neliane das Graças Pereira Colares

**COORDENADORA DE ESTATÍSTICA**

Fábio Djan Oliveira de Lima

## Sumário

APRESENTAÇÃO .....	5
RESULTADOS ALCANÇADOS .....	7
I. MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA .....	7
II. MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL .....	12
III. MACRODESAFIO COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	18
IV. MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO .....	20
V. MACRODESAFIO GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES .....	22
VI. MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS .....	24
VII. MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL .....	27
VIII. MACRODESAFIO MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS .....	31
IX. MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS .....	34
X. MACRODESAFIO INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA .....	36
XI. MACRODESAFIO MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC .....	41

## APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico do TJPA 2015-2020 é composto de 11 macrodesafios, distribuídos em 38 iniciativas estratégicas, que delineiam caminhos institucionais para alcançar seus objetivos e ações estratégicas, divididas por perspectivas de recursos, processos internos e sociedade. O referido Plano é alinhado com a Estratégia Nacional estabelecida pela Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A elaboração do Planejamento Estratégico foi estruturada a partir de certos elementos, dentro os quais se destacam: a missão (razão de ser), visão (expressa a situação desejada) e valores (crenças básicas) do TJPA.

O Plano Estratégico 2015-2020 foi instituído por meio da Resolução n.º 28/2014 e em 2016 foi aprovada a 1º revisão de meio termo do Planejamento Estratégico para o período 2017-2020, conforme a Resolução n.º 35/2016 e a 2ª revisão, por meio da Resolução n.º 25/2018.

A revisão do Plano preserva a estruturação básica do Planejamento instituído, com alguns ajustes pontuais em indicadores e metas, seja com a inclusões e exclusões.

No exercício de 2019 foram traçadas 13 metas, das quais 6 foram alcançadas, o que representa 46,15% do definido para o período.

O Mapa Estratégico para 2015-2020, a seguir, representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para o alcance dos resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito, que evidencia os desafios que devem ser superados para concretizar a missão e a visão de futuro.

# PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ



## MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020

**MISSÃO:** Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

**VISÃO:** Ser reconhecido pela sociedade como instituição acessível e confiável, voltada à pacificação social

**VALORES:** Acessibilidade  
Credibilidade  
Probidade  
Transparência  
Responsabilidade socioambiental  
Humanização no atendimento

Eficiência  
Ética  
Participação

### GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente
- Fortalecimento de ações da Justiça Itinerante
- Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários
- Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade

#### CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL

- Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico
- Aperfeiçoamento da estrutura judiciária
- Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias

#### COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

- Implementação de políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

#### ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

- Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos

#### GESTÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

- Fortalecimento de mecanismos para redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

#### IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

- Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal
- Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis

#### APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

- Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis
- Fortalecimento da justiça restaurativa
- Apoio a ações de ressocialização dos Apenados e egressos
- Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal

#### MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

- Implantação de modelo de gestão por competências
- Aprimoramento da formação de magistrados e servidores
- Fortalecimento da Política de atenção à saúde e qualidade de vida

#### APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

- Implantação da gestão de custos

#### INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

- Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros
- Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário
- Aprimoramento da gestão estratégica
- Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA
- Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais
- Otimização da gestão da informação documental
- Aprimoramento da comunicação interna e externa
- Fortalecimento de práticas sustentáveis
- Fortalecimento da gestão do 1º Grau de jurisdição

#### MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

- Inovação e modernização da infraestrutura de TIC
- Inovação e aperfeiçoamento da gestão do sistema de informação
- Aprimoramento da segurança da Informação
- Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação

Sociedade

Processos Internos

Recursos

## RESULTADOS ALCANÇADOS

### I. MACRODESAFIO GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

O Macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão infante-juvenil, cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor, cidadão-contribuinte, dentre outros, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Foram trabalhadas em 2019 as seguintes iniciativas estratégicas previstas para este macrodesafio: Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente, Fortalecimento de ações da justiça itinerante, Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários e Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade.

- **Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente**

Por meio do Programa de Apadrinhamento Afetivo Conta Comigo que garante a crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente o direito à convivência familiar e comunitária, em 2019, houve cinco celebrações de apadrinhamento afetivo, formalizados após formação e aproximação, processo que dura em média três meses. Participaram crianças, profissionais dos serviços de acolhimento, das Varas de Infância e Juventude de Icoaraci e de Ananindeua, entre outros.

Houve também seis reuniões interinstitucionais com a participação estimada de 40 pessoas. O objetivo foi fortalecer, efetivar, divulgar e orientar as ações conjuntas de todos os profissionais e instituições conveniadas ao Conta Comigo, entre elas a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), os serviços de acolhimento e as Varas de Infância e Juventude. Foram realizadas também seis rodas de diálogos de acompanhamento do apadrinhamento afetivo de crianças e adolescentes.

Destaca-se também o projeto “Minha Escola, Meu Refúgio”, que tem como objetivo levar a pais, professores, técnicos e alunos informações e orientações sobre como identificar sinais de violências contra crianças e adolescentes.

Em 2019 foi executado em 14 escolas de Belém, duas das quais no Distrito de

Icoaraci, e cinco escolas no município de Breves, no Marajó, onde o projeto também coordenou ação de educação continuada para mais de 500 educadores das 246 escolas públicas da área rural do município, um dos mais vulneráveis no Pará no que se refere ao abuso sexual e à violência contra crianças e adolescentes.

Para explicar de que forma o Judiciário e a sociedade podem fazer o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, em meio à difícil realidade socioeconômica e cultural do Marajó, o projeto esteve em cinco escolas da área urbana de Breves, entre 13 e 17 de maio. As atividades envolveram cerca de 90 professores e 100 alunos, entre 6 e 11 anos, e consistiram em atividades lúdicas com as crianças, para que aprendessem a identificar o abuso sexual e o que fazer ante uma situação abusiva com elas ou outras crianças e adolescentes; palestras sobre como identificar sinais de abuso; indicação de materiais para trabalhar o tema em sala de aula; e o que fazer em casos de suspeita ou denúncia. Foram visitadas as escolas municipais Maria de Lourdes Sales, Professor Estevão Gomes, Bom Jesus, Odízia Corrêa Farias e Emerentina Moreira de Souza

Também foi firmado convênio com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (Fasepa) que mantém 15 adolescentes e jovens em conflito com a lei na condição de estagiários, em atividades de cunho socioeducativo, executadas em unidades judiciárias e administrativas na Região Metropolitana de Belém, Marabá e Santarém.

- **Fortalecimento de ações da justiça itinerante**

Por meio do Projeto Rios de Cidadania em parceria com o navio da Marinha, foram feitas 4 ações no ano de 2019 nos municípios de Breves, Ponta de Pedras, Currálinho, Portel e Melgaço, onde foram proferidas 1202 sentenças e atendidas 18.550 pessoas, entre atendimentos judiciais, médicos, odontológicos e palestras educativas.

- **Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários**

Com expertise em conflitos fundiários e paz do campo, duas comissões funcionam no âmbito da Ouvidoria: a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG) e a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF).

A Comissão de Combate à Grilagem estuda a questão fundiária e propõe medidas para o ordenamento fundiário aos poderes constituídos. O objetivo é inibir ações

fraudulentas para a posse e propriedade de grandes áreas rurais.

As reuniões ocorrem durante uma sexta-feira de cada mês, com transmissão ao vivo. Os temas são o enfrentamento da grilagem de terras no Pará e uma política agrária em articulação permanente com os órgãos fundiários, entidades institucionais e representantes de movimentos sociais que compõem a comissão, tais como Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Pará (MPPA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), Superintendência do Patrimônio da União (SPU); Advocacia Geral da União (AGU), Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará (OAB), Associação dos Notários e Registradores do Estado do Pará (Anoreg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri-PA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa).

A Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários previne e reprime litígios para proporcionar ao trabalhador rural a inviolabilidade dos direitos essenciais. Sua principal atribuição é intermediar disputas de interesses possessórios em torno da ocupação da terra, para encontrar soluções amigáveis.

A comissão aprecia demandas trazidas às reuniões, na primeira sexta-feira de cada mês. Participam representantes do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Ministério Público do Pará (MPPA), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública do Estado (DPE), Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Pará (OABPA), Conselho de Segurança Pública do Pará (Consep), Tribunal de Justiça do Estado (TJPA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O TJPA foi um dos precursores na instalação das varas agrárias, com competência exclusiva em ações envolvendo litígios coletivos pela posse e propriedade da terra em área rural. Estruturada com juízes especialistas, as varas agrárias estão instaladas em Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém, abrangendo as respectivas regiões agrárias. Nas varas agrárias são processadas e resolvidas questões de maior complexidade, com a premissa do imperativo constitucional quanto à função social da terra.

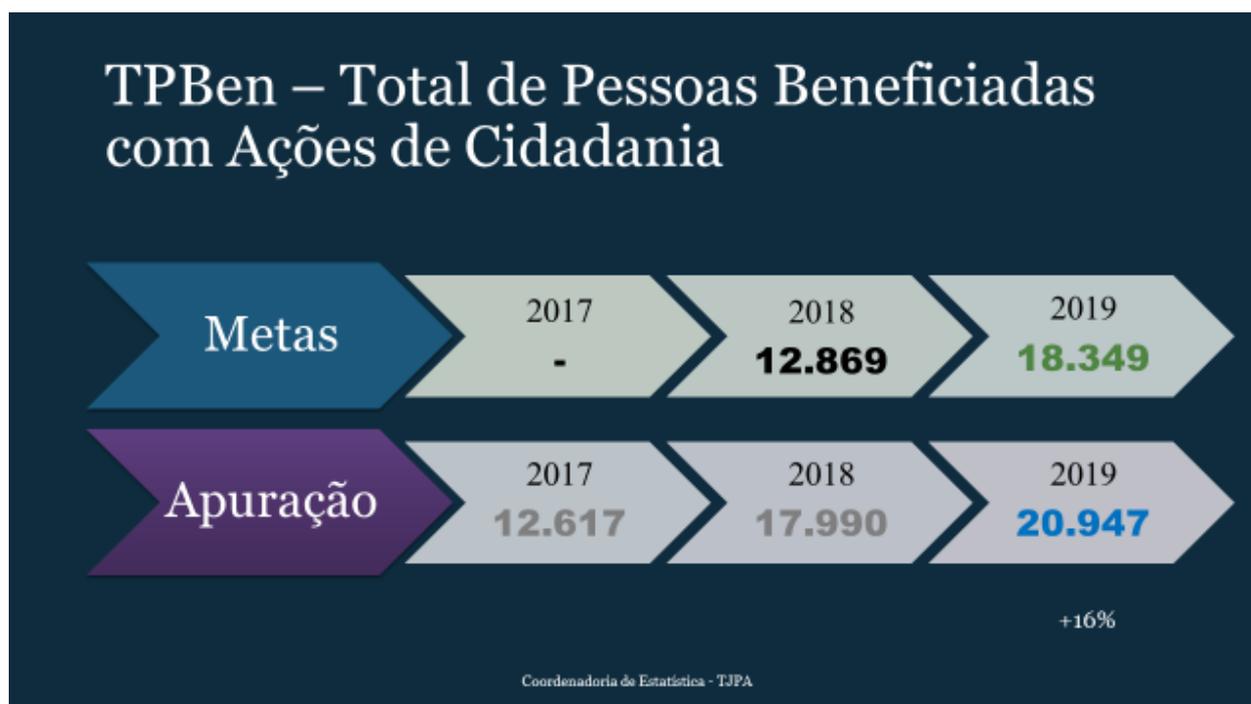
<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente.</li> <li>2. Fortalecimento de ações da justiça itinerante.</li> <li>3. Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários.</li> <li>4. Priorização do idoso em situação de vulnerabilidade.</li> </ol>
<b>META 2019</b>	Aumentar em 2% o número de pessoas beneficiadas em ações de cidadania, no período base.
<b>INDICADOR</b>	Total de Pessoas Beneficiadas em Ações de Cidadania (TPBen).
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Número total de pessoas beneficiadas em ações de cidadania.

#### - APURAÇÃO 2019

<b>Índices</b>	<b>Total de Pessoas Beneficiadas em Ações de Cidadania</b>
Índice Esperado	2%
Índice Observado	16%
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Pessoas beneficiadas com ações de cidadania



Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

A meta definida para o período era aumentar em **2%** em relação a 2018 o número de pessoas beneficiadas nas ações de Cidadania, o apurado em 2018 foi 17.990 atendimentos e o alcançado em 2019 foram 20.947 atendimentos, o que superou em **16%** o esperado.

## **II. MACRODESAFIO CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JUDICIAL**

A Celeridade e Produtividade na Prestação Judicial tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Foram definidas as seguintes iniciativas estratégicas para este macrodesafio: Implementação da gestão do processo judicial eletrônico, Fortalecimento da gestão do 1º grau de jurisdição, Aperfeiçoamento da estrutura judiciária e Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias.

- **Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico**

No exercício de 2019 foram contempladas 86 novas unidades judiciárias e envolveu um plano de trabalho colaborativo e multidisciplinar, com abordagem para conteúdo didático, capacitação de servidores e magistrados, reestruturação de equipe técnica, entre outros. Além de Juizados Especiais e CEJUSCs, todas as Unidades Judiciárias Cíveis já estão oficialmente capacitadas e habilitadas para o PJe. Também contou com uma fase relacionada ao Curso de Ensino a Distância (EAD) do PJe, onde houve a elaboração de materiais exclusivos para Advogados, Ministério Público e Defensoria Pública.

O curso de PJe na modalidade a distância (EaD), envolveu unidades judiciárias. Foram disponibilizados materiais exclusivos para advogados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública. O treinamento envolveu aproximadamente 500 pessoas. Atividades de suporte ao PJe atenderam a 68 requisições para sanar dúvidas sobre o sistema. A versão 2.1 do PJe dispõe agora de bancos de dados de Desenvolvimento e Homologação, condição essencial para se implantar a nova versão do sistema. Na linha de integração entre o LIBRA e o PJE, houve um avanço na vinculação de feitos que tramitam no 1º grau a desembargadores relatores de processos ou de recursos incidentes, permitindo o compartilhamento de informação entre os sistemas e um melhor acesso à informação.

- **Aperfeiçoamento da estrutura judiciária**

Foi instalada na Comarca de Tucuruí, no sudeste do Estado, a 1ª Vara de Juizado Cível e Criminal. De acordo com levantamento da Coordenadoria de Controle de Planejamento do TJPA, o crescimento populacional entre 2014 e 2017 foi de 14% na Comarca; na média dos últimos cinco anos (entre 2014 e 2018), 36% da demanda podem ser processadas por Juizado Especial; e o acervo processual de causas típicas de Juizado Especial cresceu 62% entre 2014 e 2018.

A instalação da nova Vara teve como fundamento a Lei nº. 7.767, de 19 de dezembro de 2013, que criou 12 Varas de Juizado na estrutura do Poder Judiciário do Pará, incluindo a Comarca de Tucuruí. Com base no Índice de Carência de Varas (ICV), indicador regulado pela Coordenadoria de Estatística do TJPA, Tucuruí ocupa a 5ª posição na lista de prioridade para criação/instalação de novas Varas.

O ICV leva em consideração a Resolução nº. 114/96, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre critérios objetivos para expansão da estrutura judiciária, como variáveis de número de habitantes, densidade demográfica, evolução de renda e quantitativo processual, dentre outros. Além disso, a Resolução do TJPA nº. 16/2010 é referencial para o subsídio da criação e instalação de novas Varas.

Foi instalada a Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Turmas de Direito Penal do Segundo Grau do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que unifica as Secretarias da 1ª, 2ª e 3ª Turma de Direito Penal.

- **Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias**

Com o esforço conjunto da Presidência, da Coordenadoria dos Juizados Especiais e das Corregedorias da Região Metropolitana de Belém e do Interior do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) foi instituído o Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB).

A Portaria nº 4.590/2019, de 25 de setembro de 2019, em consonância com a Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), regulamenta o PIB e expõe a necessidade de garantir a realização correta das movimentações de baixa processual pelas unidades judiciárias do Tribunal, de forma que a sua produtividade fosse refletida fidedignamente no relatório Justiça em Números.

No período de 1º de outubro a 18 de dezembro de 2019, do total, 148 unidades judiciárias que possuíam em seu acervo de 500 (quinhentos) ou mais processos julgados, porém pendentes de baixa processual, trabalharam de forma planejada e em regime de esforço concentrado para realizar as movimentações processuais necessárias

a garantir a baixa correta dos processos nos sistemas de tramitação processual.

Na mesma Portaria ficou instituído o Grupo de Auxílio e Monitoramento (GAM), regulamentado pela Portaria nº 4.625/2019, de 30 de setembro de 2019, tendo como atribuições o suporte técnico, gerencial e operacional às unidades judiciárias participantes.

A equipe responsável por operacionalizar o programa visitou 34 das unidades participantes, sendo 19 da região metropolitana e 15 do interior, além do apoio remoto feito às demais unidades. O grupo operacional foi subdividido em três frentes de trabalho, (juizados, unidades das regiões metropolitana e interior e varas de fazenda e execução fiscal da capital). Vale destacar as cooperações institucionais estabelecidas com a Defensoria Pública do Estado e as Procuradorias do Estado e do Município.

Semanalmente, o Programa foi monitorado, gerenciado e avaliado para acompanhar a evolução das baixas processuais e revisão das estratégias para atingimento do objetivo do PIB. Ademais, foi criado o Portal PIB para orientar as unidades judiciárias participantes e garantir maior transparência ao programa. Do conteúdo publicado, merece destaque o painel gerencial que apresenta o total de baixas do TJPA (baixômetro) e o total de baixas por unidade envolvida no programa, ambos com dados em termos absolutos e percentuais.

Com o Programa, o TJPA baixou um total de 387.619 (trezentos e oitenta e sete mil e seiscentos e dezenove) processos, referente a 96,9% de cumprimento de meta estabelecida pelo TJPA.

O PIB foi um importante instrumento de gerenciamento para aquelas unidades judiciárias que possuíam um número elevado de processos julgados e não baixados, uma vez que o constante monitoramento e adequação da estratégia contribuiu para o incremento das baixas processuais, produto que traduz a eficiência do Poder Judiciário, e, conseqüentemente, causa o crescimento do IE-Jud (Índice de Eficiência Judiciária) que fechou o ano de 2019 em 69,33%.

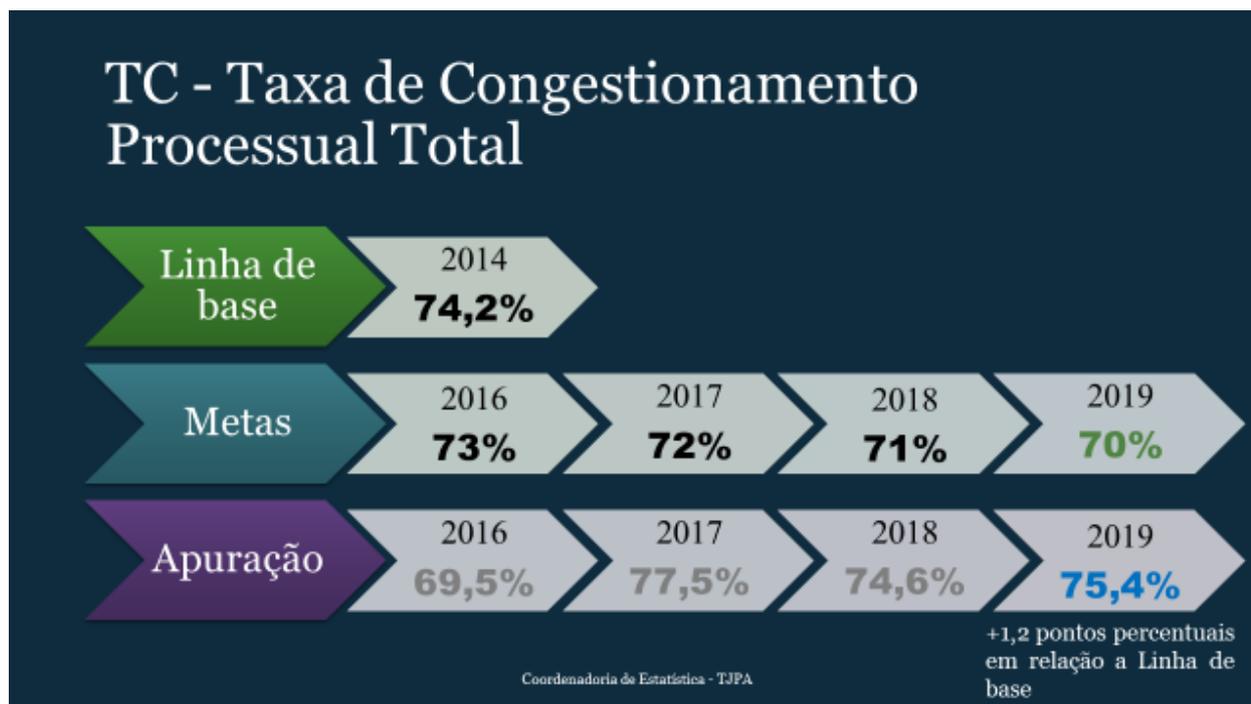
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico.</li> <li>2. Aperfeiçoamento da estrutura judiciária.</li> <li>3. Aprimoramento da gestão de processos e unidades judiciárias.</li> </ol>
<b>META 2019</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reduzir em 3 p.p, a taxa de congestionamento processual, em relação a linha de base.</li> <li>2. Alcançar pelos menos 140% no índice de atendimento a demanda.</li> <li>3. Aumentar 5 p.p de índice de processos judiciais eletrônicos novos no período base, em relação ao período de referência.</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de congestionamento processual total (TC)</li> <li>2. Índice de atendimento à demanda (IAD)</li> <li>3. Índice de processos judiciais eletrônicos novos (ProcEL)</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <math>TC = (\text{total de casos pendentes} / \text{total de casos pendentes} + \text{total de processos baixados}) \times 100</math></li> <li>2. <math>IAD = (\text{Total de processos baixados} / \text{casos novos}) \times 100</math></li> <li>3. <math>ProcEL = (\text{casos novos eletrônicos} / \text{casos novos}) \times 100</math></li> </ol>

## APURAÇÃO

Índices	Taxa de Congestionamento processual total	Índice de atendimento à demanda	Índice de processos judiciais eletrônicos novos
Índice esperado	-3 pp	140%	5 p.p
Índice observado	1,2 pp	141%	5 pp
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>	<b>ALCANÇADA</b>	<b>ALCANÇADA</b>

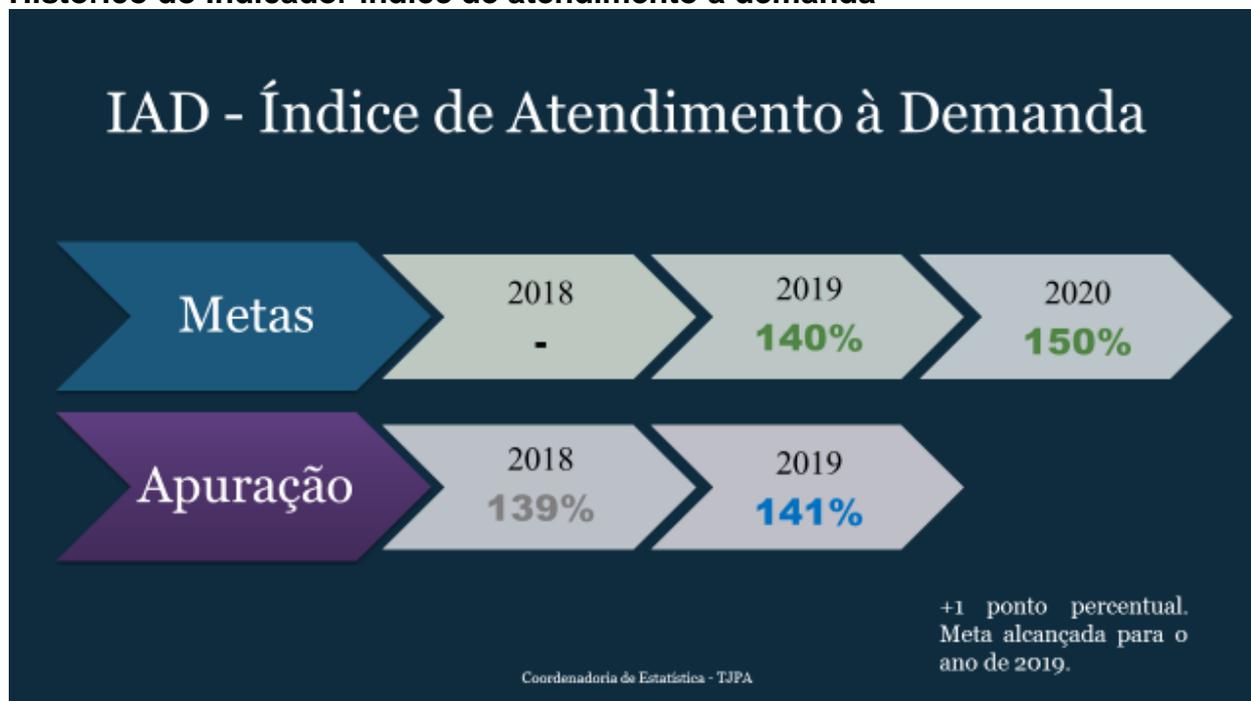
Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Taxa de Congestionamento Processual Total



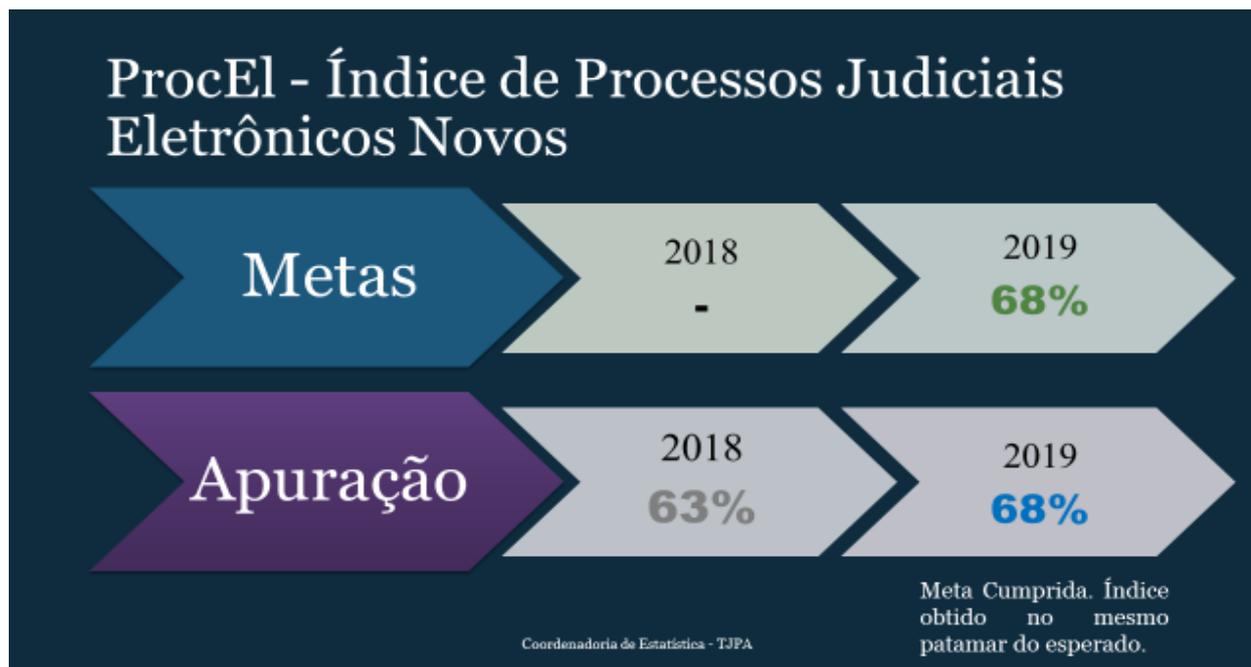
Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Índice de atendimento à demanda



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Índice de processos judiciais eletrônicos novos



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Para o acompanhamento deste macrodesafio foram definidos três indicadores: Taxa de Congestionamento processual total, Índice de atendimento à demanda e Índice de processos judiciais eletrônicos novos. Quanto a taxa de congestionamento processual a meta estabelecida para 2019 era a redução de -3 p.p em relação ao ano de referência 2014 74,2%, porém houve um acréscimo de 1,2 p.p, pois o apurado em 2019 foi 75,4%. Já a meta referente ao índice de atendimento a demanda foi alcançada, pois o esperado para o ano era 140% e o apurado foi 141%, o que significa que o número de processos baixados superou o número de casos novos, para cada 100 processos novos foram baixados 141. Outra meta alcançada diz respeito a processos judiciais eletrônicos novos que alcançou exatamente o percentual previsto para o período que era de 68%, ou seja, aumento de 5 p.p em relação a 2018.

### **III. MACRODESAFIO COMBATE A CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

O Combate a Corrupção e a Improbidade Administrativa refere-se ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos e de improbidade, crimes eleitorais e crimes contra a administração pública além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Para este macrodesafio foi definida a seguinte iniciativa estratégica:

- **Implementação das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa**

Aprovado o projeto “Celeridade e eficiência nos resultados da Meta 4” identifica e julga ações relativas à corrupção e à improbidade administrativa, no cumprimento da Meta 4 do CNJ. A partir da instituição de Grupo de Auxílio Remoto (GAR), foram julgados 829 processos, alcançando um índice de julgamento de 51,93% até dezembro de 2019. Com o auxílio de servidores, os dez magistrados do grupo julgaram 271 processos, o equivalente a 33% do esforço do Tribunal com relação a essa matéria. A coordenação do GAR é o núcleo de execução do projeto, responsável pelo controle, acompanhamento mensal e aferição da produtividade dos magistrados que o compõe. Até dezembro de 2019, o cumprimento da Meta 4 estava em 73,74%, em parte por causa de processos ainda não aptos à sentença. Os magistrados vinculados ao GAR têm acelerado os trabalhos, por meio de audiências e atos processuais e conversão de processos em meio digital, o que resultou em 472 processos da meta 4 digitalizados, referentes à distribuição até o ano de 2016, permitindo assim sua movimentação para os juízes do GAR.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Implementação das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
<b>META 2019</b>	Reduzir a proporção de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais de 100 dias, em relação ao período de referência.
<b>INDICADOR</b>	Percentual do número de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais de 100 dias (PImp100)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	$PImp100 = (\text{proc. de improb. Adm. Sem movimentação a mais de 100 dias} / \text{Total de proc. de improb. Adm. em andamento}) \times 100$

#### - APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Percentual do número de processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública sem movimentação há mais</b>
Índice esperado	----
Índice observado	----
Situação da Meta	<b>EM APURAÇÃO</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

#### IV. MACRODESAFIO ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

O macrodesafio Adoção de Soluções Alternativas de Conflito refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

A iniciativa estratégica que compõe este macrodesafio é a seguinte:

- **Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos**

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) instalou, em 2019, três novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), conforme convênios firmados com instituições de ensino superior e órgãos governamentais. Foram implantados o 7º Cejusc da Capital, em 5 de agosto de 2019, no Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Federal do Pará; o 1º Cejusc de Marabá, em 22 de agosto de 2019, no Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade dos Carajás; e o 1º Cejusc de Marituba, instalado em novembro de 2019.

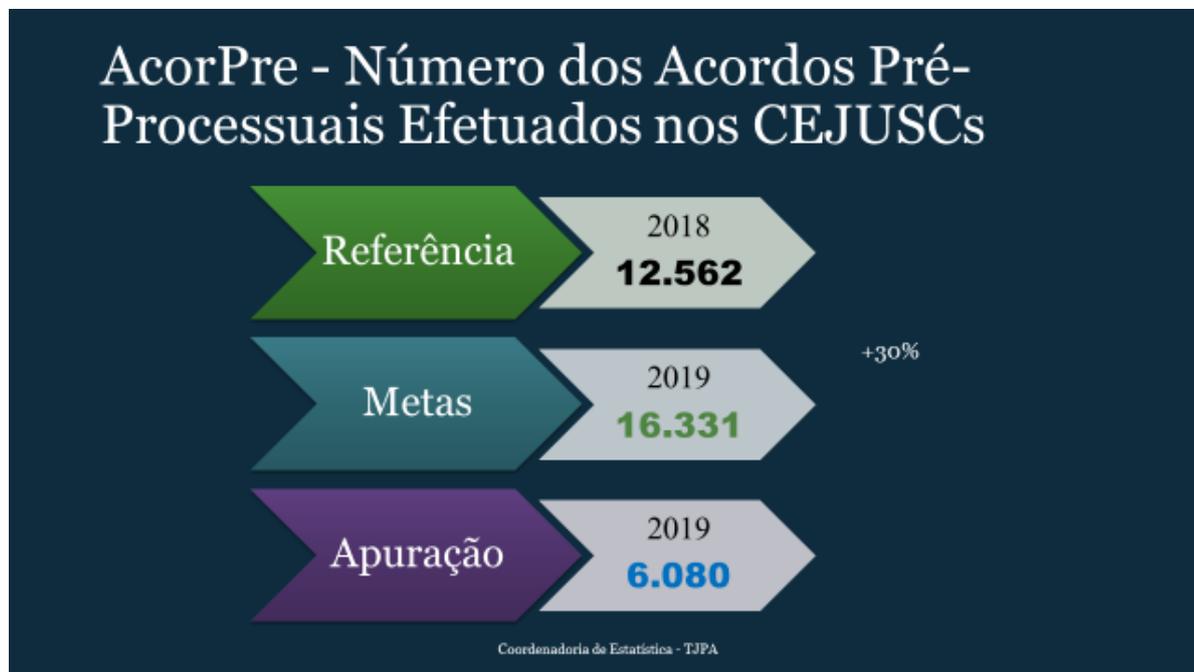
<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos
<b>META 2019</b>	Aumentar em 30% o número de acordos pré-processuais celebrados pelos Cejuscs no período-base, em relação ao período de referência. Aumentar em 2 (dois) pontos percentuais o índice de conciliação por ano, em relação ao período de referência.
<b>INDICADOR</b>	Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre) Índice de Conciliação (ICon)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Não há $ICon = (\text{sentenças homologatórias de acordo} / \text{Total de sentenças}) \times 100$

## APURAÇÃO

Índices	Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre)	Índice de Conciliação (ICon)
Índice esperado	30%	2 p.p
Índice observado	-63%	0,8 pp
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADO</b>	<b>NÃO ALCANÇADO</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

Histórico do Indicador Número de Acordos Pré-Processuais Celebrados nos Cejuscs (AcorPre)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do Indicador Índice de Conciliação (Icon)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Houve redução no número de acordos pré-processuais. A meta prevista para 2019 era de 16.331 acordos, porém foram realizados 6.080. Tal fato ocorreu em virtude da redução de campanhas destinadas a celebração de acordos pré-processuais e redução da força de trabalho em algumas unidades. Em relação ao índice de conciliação o percentual apurado foi 0,8 pp inferior à linha de base. Em 2019, o número de sentenças homologatórias de acordos aumentou apenas 4% em relação a 2018. Por outro lado, o total de sentenças aumentou 10,7%, influenciando a queda do indicador.

## V. MACRODESAFIO GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

A Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

No exercício de 2019 foi trabalhada a seguinte iniciativa estratégica:

- **Fortalecimento de mecanismos para efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes**

A Vice-Presidência enviou à Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos proposta de resolução sobre critérios para identificar, processar e tratar demandas repetitivas e de grandes litigantes, bem como sobre a comunicação eletrônica de atos processuais e a criação do selo “Empresa Amiga da Justiça” e do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede).

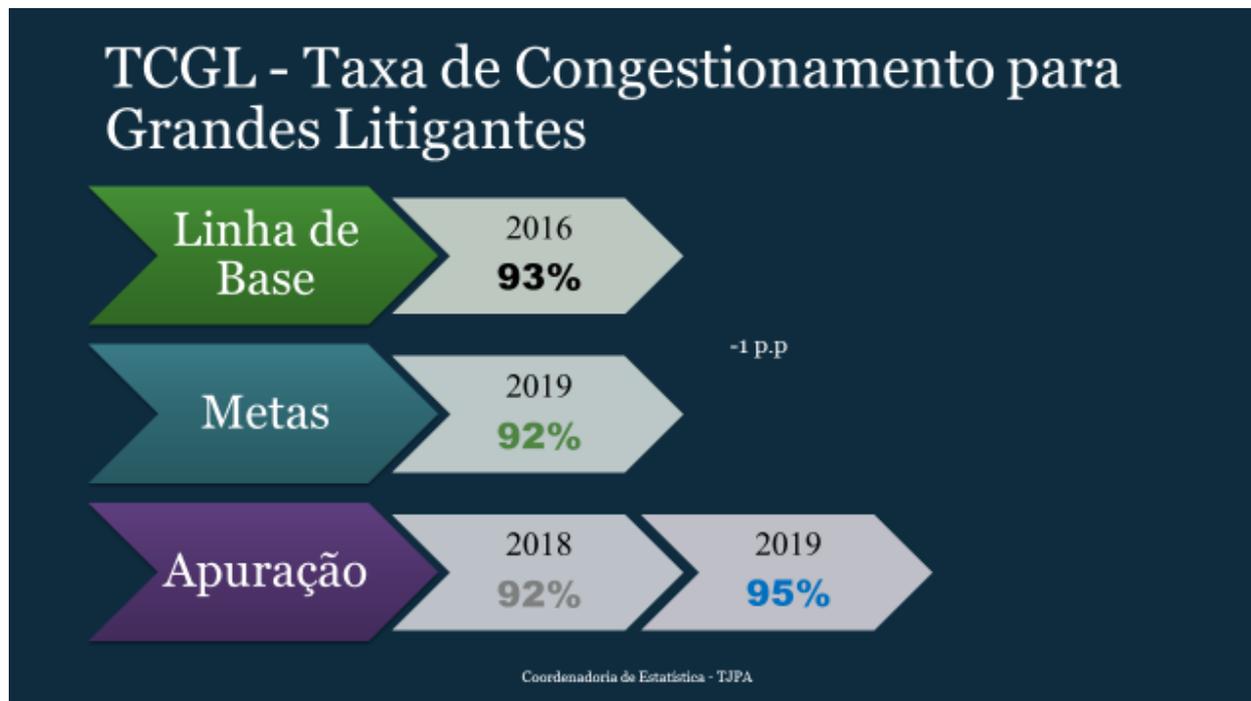
<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Fortalecimento de mecanismos para efetivação da redução de demandas repetitivas e grandes litigantes
<b>META 2019</b>	Reduzir em 1 p.p a taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes, em relação a linha de base
<b>INDICADOR</b>	Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	$TC = \frac{\text{Total de casos pendentes de GL}}{\text{Total de casos pendentes de GL} + \text{Total de processos baixados de GL}} \times 100$

#### - APURAÇÃO

<b>Índices</b>	<b>Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)</b>
Índice Esperado	- 1 pp
Índice Observado	2 pp
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADO</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

## Histórico do indicador Taxa de congestionamento processual das ações de grandes litigantes (TCGL)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

O objetivo deste macrodesafio era redução de 1 p.p em relação a linha de base da taxa de congestionamento, ou seja, alcançar 92% na taxa de congestionamento, porém foi apurado um acréscimo de 2 p.p em relação a 2016, que era a linha de base.

## VI. MACRODESAFIO IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O macrodesafio Impulso às Execuções Fiscais, Cíveis e Trabalhistas refere-se à implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações.

As iniciativas traçadas para este macrodesafio foram: Promoção de ações institucionais

voltadas à solução de litígios em execução fiscal e Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis.

- **Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal**

Foram realizados esforços para a solução de litígios, de forma célere. Como uma das ações temos o ajuste automático dos processos lançados como julgados, mas que ainda permaneciam em andamento, implementando nesses processos o movimento processual de decisão interlocutória de mérito. Com o desenvolvimento dos trabalhos, em 2019 foram registradas aproximadamente 4000 baixas processuais decorrentes de problemas ocorridos na coleta de dados do atual Data Warehouse (DW).

Durante o exercício de 2019 as Varas de Execução Fiscal baixaram 12.703 (1º vara 5.208, 2º vara 4.765 e 3º vara 2.730) processos, contribuindo com o programa de incremento de baixas do TJPA.

- **Gestão do cumprimento e da execução dos julgados cíveis**

Foram realizadas 02 (duas) Jornadas de Conciliação Processual em Processos de Execuções de Títulos Extrajudiciais e Processos em Fase de Cumprimento de Sentença, nos dias 19 a 21 de agosto e 2 a 4 de dezembro, com objetivo de reduzir o acervo processual e a taxa de congestionamento nas Unidades Judiciárias por meio da negociação entre as partes, através da realização de audiências.

Na primeira jornada foram realizadas 281 audiências, que resultaram em 19 acordos e na segunda foram 186 audiências, que resultaram em 24 acordos.

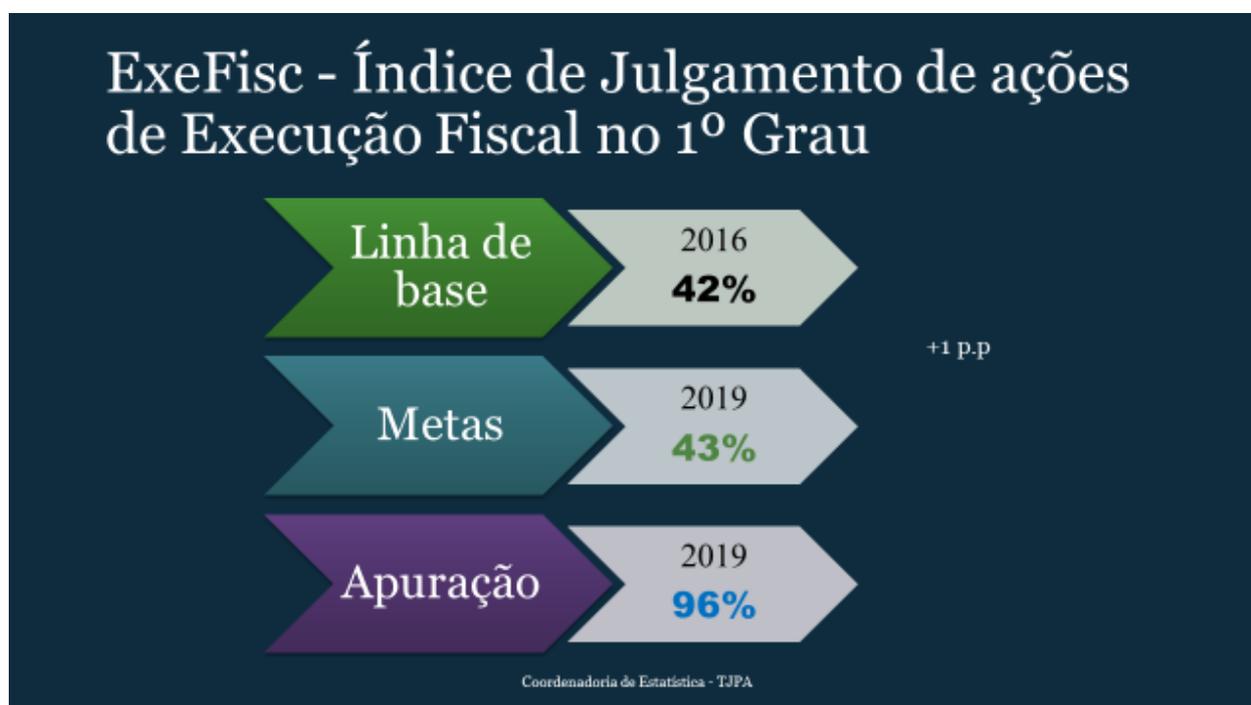
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promoção de ações institucionais voltadas à solução de litígios em execução fiscal</li> <li>2. Gestão do cumprimento e da execução dos julgados</li> </ol>
<b>META 2019</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar em 1p. p o índice de julgamento de ações de execução fiscal</li> <li>2. Alcançar pelo menos 90% de índice de julgamento de Ações de execução judicial cível</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)</li> <li>2. Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <math>\text{ExeFisc} = (\text{Total de executivos fiscais julgados/Casos novos de Execução fiscal}) \times 100</math></li> <li>2. <math>\text{ExeJud} = (\text{Total de execuções fiscais cíveis julgadas/Casos novos de execução judicial cível}) \times</math></li> </ol>

## -APURAÇÃO

Índices	Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)	Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)
Índice esperado	1 p.p	90%
Índice observado	54 p.p	58,6%
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

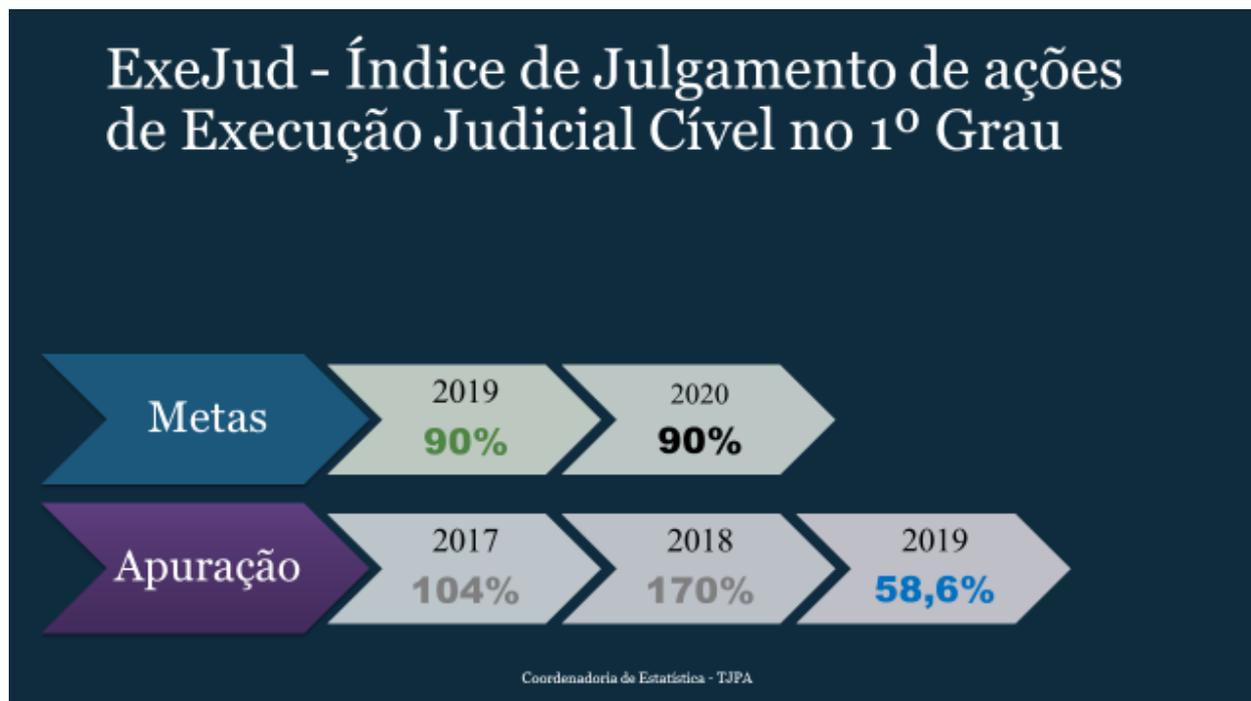
Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/ TJPA

## Histórico do indicador Índice de julgamento de ações de execução fiscal no 1º grau (ExeFisc)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE

## Histórico do indicador Índice de julgamento de ações de execução judicial cível (ExeJud)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### DESEMPENHO

O indicador registrou resultado de 54 pontos percentuais acima da linha de base. Houve um aumento no número de julgamento na ordem de 52% em relação ao registrado em 2016. Quanto ao julgamento da execução judicial cível o apurado 31,4 p.p abaixo do esperado para o período.

### VII. MACRODESAFIO APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

O macrodesafio Aprimoramento da gestão da justiça Criminal busca à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, diferenciando-as das penas corporais e medidas de segurança, estas do regime aberto, semi aberto e fechado, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

As iniciativas deste macrodesafio são:

- **Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis**

Em 2019 a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) organizou as 13ª, 14ª e 15ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa, de 11 a 15 de março, 19 a 23 de agosto e de 25 a 29 de novembro, respectivamente, conforme calendário do Conselho Nacional de Justiça. Na 13ª edição, houve 164 audiências preliminares, 380 audiências de instrução e 79 audiências de acolhimento e justificação, além de 1.149 despachos e quatro sentenças com mérito em feminicídio. Na 14ª edição, foram 176 audiências preliminares, 480 audiências de instrução e 100 audiências de acolhimento e justificação, além de 1.753 despachos e cinco sentenças com mérito em feminicídio. Durante a realização das Semanas foram executadas as seguintes atividades: Projeto Mãos à Obra que promove palestra sobre violência doméstica e feminicídio, o Projeto é fruto de convênio entre o TJPA e o Sindicato da Construção Civil (Sinduscon), em 2019, atingiu a marca de 4.100 trabalhadores que receberam informação sobre o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher nos canteiros de obras. Promoção do seminário “A Participação Feminina no Poder Judiciário Paraense”, Lançamento da Campanha Estadual dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher no Estado do Pará, Promoção do Seminário de Integração da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher para a criação conjunta de um protocolo de atendimento com mais de 25 instituições envolvidas. Foi intensificado também o apoio às Comarcas para o cumprimento da Meta 8 do CNJ e se iniciou a organização de um manual de rotinas administrativas para os feitos de violência doméstica.

- **Fortalecimento da justiça restaurativa**

Em parceria com a Escola Judicial do Pará, a Comissão de Justiça Restaurativa abriu quatro turmas do curso de “Formação Inicial em Justiça Restaurativa”, com a participação de 111 pessoas, na modalidade de ensino a distância. Foi realizado também curso de formação para 17 novos facilitadores em práticas restaurativas, com carga horária de 100 h/a, cuja certificação ocorreu em 4 de outubro de 2019. Na capital, os facilitadores atuam em violência doméstica, execução penal, Coordenadoria da Infância e Juventude, Juizado Especial Cível, Distrito de Icoaraci e na Corregedoria da Região Metropolitana. Foram realizadas 96 práticas restaurativas com 904 pessoas atendidas em círculos.

- **Apoio as ações de ressocialização de apenados e egressos**

O programa Começar de Novo faz parte do esforço do Judiciário paraense para assegurar apoio às ações de ressocialização de apenados e egressos do sistema penitenciário. O objetivo é assegurar a eles alternativas de trabalho e geração de renda, para evitar a reincidência. Há 840 reeducandos cadastrados no programa, 57 dos quais trabalhando em quatro frentes de digitalização no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), assim distribuídos: 18 na Central de Digitalização do 1º Grau, 12 na Central de Digitalização do 2º Grau, 24 no Arquivo Regional e três na Central de Digitalização da Comarca de Santarém, implantada em 2019. Para ajudar no processo de formação de cidadania dos reeducandos bolsistas que atuam nas diversas frentes de digitalização no TJPA, o programa Começar de Novo promoveu uma série de atividades, entre as quais se destacam: Palestra sobre “Atitude e Empoderamento Pessoal” aos bolsistas que atuam nas Centrais de Digitalização do prédio sede; Oficina que abordou o tema “Drogas, dependência e recuperação”; Curso de Informática Básica. Roda de Conversa “Violência contra mulher”, para sensibilizar, orientar e prevenir a violência contra a mulher; Roda de Conversa “Relações de pertencimento e novas possibilidades”, para sensibilizar, refletir e aprender novas formas de lidar com estereótipos e rótulos construídos socialmente; Curso “Manutenção de Notebooks”.

- **Aperfeiçoamento dos sistemas de controle na área criminal**

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) garantiu a digitalização de 14,2 mil processos das Varas de Execução de Penas e de Execução de Medidas Alternativas das comarcas da Região Metropolitana de Belém e do interior, entre 6 e 25 de maio de 2019. O projeto de digitalização dos processos de execução penal do Poder Judiciário do Pará foi criado para viabilizar a fase pré-operacional do Projeto de Expansão do SEEU. O trabalho abrangeu os seguintes polos:

1. Polo Belém: Comarcas de Belém (VEP e VEPMA), Breves, Maracanã, Barcarena e Soure (6.435 processos); Polo Castanhal – Comarcas de Castanhal, Bragança, Paragominas, Salinópolis, Tomé Açu, Capanema, Cametá, São Miguel do Guamá, Mocajuba e Mãe do Rio (1.506 processos);
2. Polo Marabá: comarcas de Marabá, Redenção, Tucuruí, Parauapebas, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Goianésia do Pará e Itupiranga (1.926 processos);
3. Polo Santarém: Comarcas de Santarém, Itaituba, Monte Alegre, Alenquer, Novo Progresso e Óbidos (2.796 processos), e demais comarcas não alinhadas a um polo (664 processos).

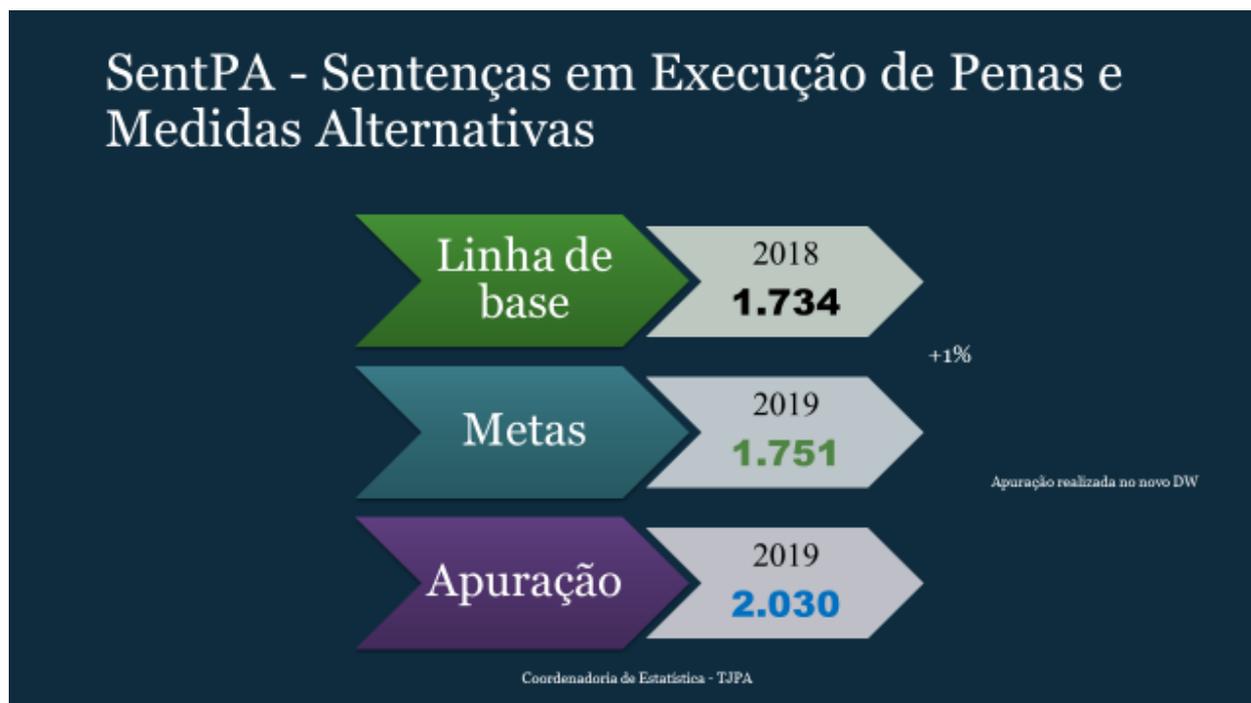
<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra o idoso, contra a criança e o adolescente e outros grupos vulneráveis</li> <li>2. Fortalecimento da justiça restaurativa</li> <li>3. Apoio as ações de ressocialização de apenados e</li> </ol>
<b>META 2019</b>	Aumentar em 1% o número de sentenças em execução de penas e medidas alternativas
<b>INDICADOR</b>	Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	Não há

**- APURAÇÃO**

<b>Índices</b>	<b>Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)</b>
Índice esperado	1%
Índice observado	17%
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## Histórico do indicador Sentenças em execução de penas e medidas alternativas (SentPA)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

O indicador superou em 17% o valor previsto para 2019 em relação a linha de base que era 1.734, tal fato ocorreu devido à extração de dados no novo DW, que permitiu uma apuração mais fidedigna.

## VIII. MACRODESAFIO MELHORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Este macrodesafio refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

As iniciativas previstas foram: Implantação da gestão por competências, Padronização de lotação de pessoal, Formação inicial e continuada de magistrados, servidores e colaboradores, Implantação da Escola Judiciária e Implementação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida.

- **Implantação do modelo de gestão por competências**

Encontra-se em andamento cotação de preços para futura contratação do serviço de mapeamento de competências, conforme Siga Doc PA-MEN-2018/40402.

- **Aprimoramento da formação de magistrados e servidores**

Por meio da Escola Judicial, em 2019, foram capacitados 1.523 magistrados e servidores, o que totalizou 4.032 participações em cursos de extensão e formação continuada presencial e em Educação a Distância (EAD), considerando que magistrados e servidores participaram de mais de um curso. Em consonância com as novas exigências da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), a escola iniciou intenso e diversificado processo de formação continuada e de formadores, com enfoque na formação humanística e multidisciplinar de seu quadro de magistrados e servidores professores, além de preconizar a eficiência da gestão judiciária de 1º. Grau de Jurisdição, meta do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça. Foram realizados em média dez cursos de EAD com tutoria, além dos onze cursos auto-instrucionais disponíveis 24 horas na plataforma de Ensino a Distância. A Escola Judicial deu início às atividades de pesquisa, que proporcionarão de forma interinstitucional a reflexão, os debates e o compartilhamento de saberes relacionados a diversos temas que interferem na prática jurídica e conseqüentemente na transformação social. Destacam-se três observatórios: o de Justiça em Números; o da Infância e Juventude e o de Práticas Jurídico-Pedagógicas, todos pautados em macrodesafios do plano gestão estratégica do TJPA. Nos eventos de extensão, foram utilizadas 194 horas aulas totais em 24 eventos de extensão concluídos com êxito. Destacam-se a Aula Magna “Estado Democrático de Direito Agroambiental sob a Perspectiva da Amazônia”, e a palestra sobre os 30 anos da Constituição Estadual. Como ação de Responsabilidade Social foi implementado o Projeto Escola Judicial Cidadã, com o compartilhamento e produção de conhecimentos relevantes relacionados aos Direitos Humanos, através de palestras, oficinas e atividades realizadas por juízes e servidores do TJPA, na rede de escolas públicas estaduais e municipais. Em setembro, com 50 matriculados, iniciou-se o primeiro curso de pós-graduação construído pela Escola Judicial e pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística do TJPA (DPGE), credenciado junto ao Conselho Estadual de Educação e à ENFAM, direcionado a magistrados e diretores de Secretaria das unidades judiciais, com o objetivo de aprimorar a gestão, nos aspectos quantitativos e qualitativos, com destaque para o registro, coleta e realização da baixa processual.

- **Fortalecimento da política de atenção integral à saúde e qualidade de vida**

O programa de “Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida” intensificou no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará ações que asseguram bem-estar físico e mental, previnem doenças e promovem a conscientização social e ambiental. Foram mais de 3,5 mil pessoas envolvidas em atividades físicas, palestras, meditação, ações de vacinação, entre outras. O destaque foi a 4ª edição da Corrida do TJPA, em 7 de dezembro. Dentre os projetos, destacam-se: Atividade Física e Saúde (pilates, yoga, caminhada e treinamento funcional) Avaliação Ergonômica do posto de trabalho Campanhas educativas (Palestras, Seminários...) Círculos Restaurativos no Ambiente Organizacional Educação Postural Ginástica Laboral Meditação no ambiente de Trabalho Mutirão de Exames Periódicos de Saúde Roda de Conversa Saúde Itinerante Testes Rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B e C, H1N1) Vacinação Web RádioJus – “Temas de saúde”.

<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantação do modelo de gestão por competências</li> <li>2. Aprimoramento da formação de magistrados e servidores</li> <li>3. Fortalecimento da política de atenção integral à saúde e qualidade de vida</li> </ol>
<b>META 2019</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumentar em 10% o número de participações de magistrados e servidores em cursos de formação e aperfeiçoamento</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não há</li> </ol>

**- APURAÇÃO**

<b>Índices</b>	<b>Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)</b>
Índice esperado	10%
Índice observado	-59%
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do indicador Participação em cursos de formação e aperfeiçoamento (CFA)



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

Meta não cumprida, pois o objetivo era aumentar em 10% o número de magistrados e servidores capacitados, ou seja, capacitar 4.169 pessoas, porém a apuração apontou 1.523 capacitados. Tal redução deveu-se a forma de apuração mais criteriosa realizada pela Escola Judicial em 2019, com o fim de evitar a duplicação da capacitação de um mesmo magistrado ou servidor.

## IX. MACRODESAFIO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

O Aperfeiçoamento da Gestão de Custos refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

As iniciativas deste macrodesafio são:

- **Implantação da sistemática de gestão de custos**

Realizada a implantação dos módulos básicos, encontra-se em andamento a implantação do Módulo Orçamento, Contabilidade e Financeiro, estando pendente a conclusão da integração com os sistemas SIAFEM e MENTORH.

<b>INICIATIVA ESTRATÉGICA</b>	1. Implantação da sistemática de gestão de custos 2. Gestão compartilhada de aquisição de bens e serviços
<b>META 2018</b>	1. Reduzir em -8% as despesas com os processos baixados
<b>INDICADOR</b>	1. Índice de Eficiência Operacional
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	1. $IEO = (Despesa\ Total / Total\ de\ Processos\ Baixados)$

**APURAÇÃO**

Índices	Índice de Eficiência Operacional
Índice Esperado	-8%
Índice Observado	-27%
<b>Situação da Meta</b>	<b>ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

**Histórico do índice de Eficiência Operacional**



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

## **- DESEMPENHO**

Meta cumprida. No ano de 2019 houve redução da variação na despesa total do TJPA, ocasionada inclusive por alterações na legislação previdenciária estadual, associada a bom desempenho (o melhor nos últimos 3 anos) no volume de baixas processuais. A despesa prevista para o período era de R\$ 4.398,00 e a despesa realizada foi R\$ 3.194,00.

### **X. MACRODESAFIO INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA**

A Instituição da governança Judiciária refere-se a formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

As iniciativas estratégicas deste macrodesafio são as seguintes: Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros, Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário, Gestão do Planejamento Estratégico, Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA, Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais, Otimização da gestão da informação, Aprimoramento da comunicação interna e externa, Fortalecimento das relações interinstitucionais e Fortalecimento de práticas sustentáveis.

#### **• Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros**

A arrecadação das Receitas Próprias (Fundo de Reparelhamento do Judiciário) apresentou um incremento de 12% passou de R\$ 148.116.646,00 (cento e quarenta e oito milhões, cento e dezesseis mil e seiscentos e quarenta e seis reais), em 2018, para uma arrecadação provável, em 2019, de R\$ 165.937.175,00 (cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil e cento e setenta e cinco reais). Esse crescimento é produto da intensificação nas fiscalizações, in loco e on line, das custas judiciais e da taxa de fiscalização devida pelos cartórios extrajudiciais, bem como ao ingresso dos recursos de convênios firmados no atual exercício. Mais de 700 fiscalizações já foram realizadas em 2019. Para financiar as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e demais despesas compulsórias, decorrentes de relações trabalhistas do Tribunal de Justiça, o Judiciário contou, em 2019, com um acréscimo de apenas 4,4% dos recursos

do Tesouro Estadual, na forma estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Para este exercício foi consignado crédito orçamentário de R\$ 998.575.525,00 (novecentos e noventa e oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e quinhentos e vinte e cinco reais), contra os R\$ 956.124.587,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, cento e vinte e quatro mil e quinhentos e oitenta e sete reais) consignados em 2018.

- **Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário**

Foram concluídas em 2019 as obras dos fóruns das Comarcas de Viseu, na região nordeste, e de Vitória do Xingu, no sudoeste, e a reforma e ampliação do prédio, em Belém, onde já funciona a Secretaria de Gestão de Pessoas do TJPA. O Fórum de Viseu incluiu uma nova Vara e atende às condições de acessibilidade. O Fórum de Vitória do Xingu foi feito em convênio com a Companhia Norte Energia. O prédio térreo tem capacidade para duas Varas Judiciais. A conclusão da reforma e ampliação do antigo almoxarifado central do TJPA, na Cidade Velha, em Belém, e a transferência da Secretaria de Gestão de Pessoas para o local, permitiu que o Judiciário aproximasse a gestão de pessoas dos servidores, considerando que o novo endereço está no entorno dos Fóruns Cível e Criminal da Capital, onde trabalha um grande número de servidores. A sustentabilidade ambiental do prédio permite reuso de água da chuva e iluminação natural. Trata-se de piloto para o uso dessas soluções em projetos futuros. O novo prédio atende à lei de inclusão de pessoas com deficiência e está em sintonia com a preservação do patrimônio histórico. O prédio tem subestação própria e gerador de energia e a expectativa é pela melhora do abastecimento de energia. Ainda atendendo a iniciativa de modernização do TJPA foram instalados detectores de metais e fechadura eletrônica no Prédio Sede e nos fóruns de São Miguel do Guamá, de Santa Luzia do Pará, de Cachoeira do Arari, de Portel, de Novo Repartimento, de Brasil Novo, de Uruará, de Curionópolis, de Xinguara, de Jacundá, de São Geraldo do Araguaia, de Rio Maria, de São Félix do Xingu e de Tucumã.

- **Gestão do Planejamento Estratégico**

Em 2019 foi elaborado um novo Plano de Gestão para o biênio 2019-21, composto por 65 ações e 307 etapas que foram alinhadas aos macrodesafios do Planejamento Estratégico. É importante registrar que o Plano de Gestão foi elaborado tendo em consideração as contribuições de magistrados e diretores de secretaria nas visitas institucionais da Presidência realizadas durante o biênio 2017-2019 em Belém, no Fórum Cível e Criminal da Região Metropolitana de Belém, Paragominas, Castanhal, Santarém e Marabá e pesquisas de clima organizacional e de satisfação dos usuários. Além disso,

contou com a participação das equipes eleitas das Corregedorias de Justiça das Comarcas do Interior e da Região Metropolitana de Belém para o biênio 2019-2021.

- **Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA**

Em 2019, o TJPA incorporou novidades ao Relatório de Análise da Prestação de Contas, melhorando a transparência, sobretudo no tópico que trata do desempenho da gestão do Judiciário paraense quanto ao cumprimento das metas dos programas institucionais. Essas mudanças reposicionaram o TJPA no ranking da transparência do CNJ. O Relatório de Análise da Prestação de Contas Anual apresenta o exame crítico da prestação de contas e os documentos que a compõem. Por força de lei, as unidades de auditoria interna dos órgãos públicos são responsáveis pelas documentações e relatórios que compõem a prestação de contas. O TJPA dispõe de uma Cadeia de Valor, que garante prioridade aos processos de trabalho e permite que a auditoria interna incremente o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI 2019). A Matriz de Priorização de Processos classifica os processos de trabalho da Instituição em ordem de prioridade, com base nos critérios de relevância, criticidade e materialidade, para indicar os processos auditáveis mais urgentes, com sólida fundamentação. A auditoria interna também introduziu nova metodologia de análise dos almoxarifados, para monitorar as ocorrências identificadas nos inventários semestrais. Um indicador denominado Índice de Redução de Ocorrências (IRO) mede o avanço ou retrocesso da unidade em relação ao semestre anterior, a partir da observação das evoluções dos almoxarifados no decorrer do tempo. Cada almoxarifado é estimulado a buscar um alto desempenho, com a obtenção de melhor valor de IRO a cada semestre, criando assim um ambiente de mútua cooperação. O Índice de Alcance da Conformidade (IAC) geral da Instituição alcançou o percentual de 88%, marca significativa, considerando o recente posicionamento do CNJ sobre a importância de monitoramentos nos órgãos do Poder Judiciário. No TJPA, em 2019, houve cinco monitoramentos de auditorias. O bom desempenho do indicador é resultado desses monitoramentos efetivos, que reduzem o lapso temporal entre auditoria e monitoramento. O TJPA promoveu as auditorias de Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil; e de Gestão Documental. Os exames obedecem ao cronograma do CNJ e ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI 2019).

- **Otimização da gestão da informação**

Em 2019 foram promovidas uma série de ações para otimizar a gestão da informação, entre as quais se destacam a Biblioteca Digital do TJPA, repositório que

armazena documentos eletrônicos produzidos em âmbito institucional e que integrou o TJPA ao consórcio BDJur, o sistema de bibliotecas jurídicas digitais gerenciado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Arquivo Regional de Belém recebeu cerca de 171.992 processos judiciais a serem arquivados e 8.813 solicitações de desarquivamento de documentos, entre janeiro e outubro de 2019. O Programa Arquivo Vivo é um espaço na Web Rádio Jus que divulga as ações de gestão documental do TJPA. Com duração de 5 minutos, o programa vai ao ar às terças, quintas e sábados, às 9h e às 16h. São escolhidos temas de interesse público, como projetos, convênios, curiosidades sobre o trabalho com documentos e arquivos, esclarecimentos técnicos etc. Utiliza-se de locução e entrevistas com convidados. Em 2019, foram gravados os programas sobre “Trabalho Com Reeducandos”, “Convênio com o Exército Brasileiro”, “Pesquisa acadêmica no acervo judicial”, “Cooperação técnica com o Centro de Memória da Amazônia”, “Visita guiada a Arquivo”, “Cooperação Técnica Com a Ufopa”, “Cooperação Técnica com a Sociedade Literária Beneficente 5 de Agosto”, “Convênio do TJPA com a Faculdade de História da UFPA (Campus Bragança)”, “Cooperação Técnica com a Unifesspa”, “Semana Nacional de Arquivos”.

- **Aprimoramento da comunicação interna e externa**

O trabalho de divulgação das atividades do TJPA ocorre junto aos veículos tradicionais de comunicação (jornais, televisões, rádios e portais de notícias) e nas mídias do próprio Tribunal (portal externo, portal interno, *Web Rádio Jus* e boletim informativo digital). Em 2019, o Tribunal foi mencionado em 3.698 matérias jornalísticas nos jornais de grande circulação em Belém. Nos portais interno e externo do Tribunal foram divulgadas 1.471 notícias. A *Web Rádio Jus*, a rádio oficial do TJPA, veiculou 380 matérias e notas jornalísticas sobre o Poder Judiciário. O material teve o aproveitamento de 24.394 acessos e por outras rádios comerciais, comunitárias e educativas. O TJPA mantém perfis nas mídias sociais *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *Youtube*. A página oficial do TJPA no *Facebook*, por exemplo, saltou de 12.964 seguidores para 15.203, de dezembro de 2018 a dezembro de 2019. As páginas oficiais do Instagram têm 12.119 seguidores e do *Twitter*, 1.314. Destaca-se também o Informativo Doutrinário, boletim enviado ao *e-mail* pessoal de magistrados e servidores sobre os temas mais pesquisados na biblioteca ou em evidência no cenário nacional. O banco de dados fica disponível permanentemente no *link* da biblioteca no portal do TJPA.

- **Fortalecimento de práticas sustentáveis**

Os temas trabalhados pelo Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará, em 2019 foram a reutilização de papéis, coleta seletiva e qualidade de vida. Foram produzidos dois mil calendários sustentáveis, distribuídos ao corpo funcional e à força auxiliar do prédio-sede, fóruns da capital e interior. Entre janeiro e setembro, 379 resmas reutilizadas substituíram resmas novas. Essas resmas de papel reutilizadas são confeccionadas no Núcleo socioambiental. O “Projeto Descarte Consciente”, descartou 18,9 mil toneladas de resíduos sólidos, entre janeiro e setembro de 2019, gerenciados conforme classificação da ABNT NBR 10004/2014, como perigosos e não perigosos. Foram realizadas 15 feiras da agricultura familiar, no âmbito do Judiciário, para fomentar a economia circular dos pequenos produtores, que vendem produtos de qualidade diretamente ao consumidor. Todas as feiras contaram com a participação de equipe de enfermagem e nutrição para assegurar orientação alimentar.

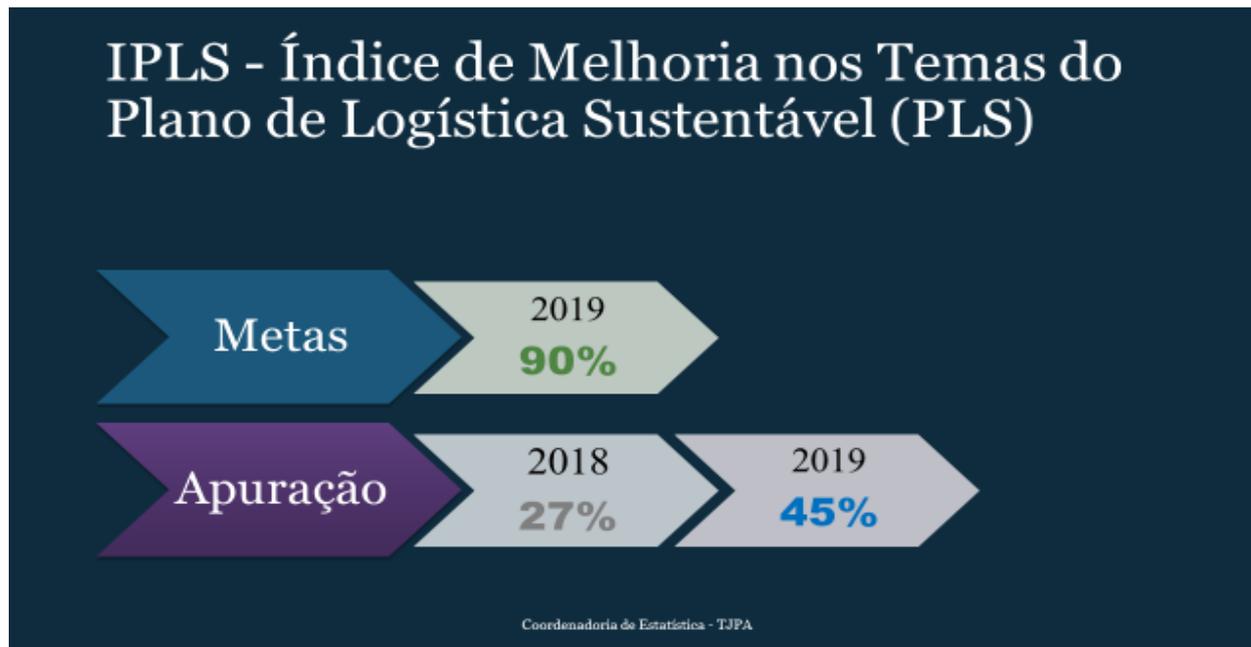
<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros</li> <li>2. Modernização da infraestrutura do Poder Judiciário</li> <li>3. Gestão do Planejamento Estratégico</li> <li>4. Fortalecimento do sistema de controles internos do TJPA</li> <li>5. Aprimoramento das estruturas administrativas e jurisdicionais</li> <li>6. Otimização da gestão da informação</li> <li>7. Aprimoramento da comunicação interna e externa</li> <li>8. Fortalecimento das relações interinstitucionais</li> </ol>
<b>META 2019</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alcançar 90% de melhoria em todos os temas do PLS</li> </ol>
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de melhoria dos Temas do Plano de Logística Sustentável (PLS)</li> <li>2. Índice de execução do Plano de Gestão</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <math>.(N^{\circ} \text{ de Temas com melhoria} / \text{Total de Temas do PLS}) \times 100</math></li> <li>2. <math>(N^{\circ} \text{ de ações executadas}) / (\text{total de ações programadas}) \times 100</math></li> </ol>

- **APURAÇÃO**

<b>Índices</b>	<b>Índice de melhoria dos Temas do Plano de Logística Sustentável</b>
Índice Esperado	90%
Índice Observado	27%
<b>Situação da Meta</b>	<b>NÃO ALCANÇADA</b>

Fonte: Coordenadoria de Estatística/DPGE/TJPA

## Histórico do indicador índice de melhoria dos temas do plano de logística sustentável



Fonte: Coordenadoria de Estatística/ DPGE/TJPA

### - DESEMPENHO

O Plano de Logística Sustentável é composto por 11 temas, dos quais apenas cinco (45%) apresentaram melhorias em relação a 2018. Houve redução no consumo de papel, copos descartáveis, combustível, no gasto em telefonia e no número de veículos.

#### XI. MACRODESAFIO MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

A Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC busca o uso racional dos instrumentos de tecnologia da informação e comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo CNJ. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Neste macrodesafio foram trabalhadas as seguintes iniciativas estratégicas: Modernização da infraestrutura de TIC, Gestão do sistema de informação, Aprimoramento da segurança da informação e Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação.

- **Inovação e modernização da infraestrutura de TIC**

Foi elaborado Projeto de Inteligência Artificial (IA) para produzir decisão automatizada de tutela antecipada, a partir da identificação de grandes litigantes nas relações de consumo. A infraestrutura tecnológica será ampliada para dar suporte à solução de IA e assegurar celeridade à resolução de disputas massificadas de consumidores. O financiamento do projeto foi pleiteado ao Ministério da Justiça, por meio do Fundo de Direitos Difusos (FDD), em atendimento ao chamamento público para captação de recursos externos. O valor do projeto foi estimado em R\$ 19,6 milhões, com contrapartida financeira de 2%.

Na linha de integração entre o LIBRA e o PJE, houve um avanço na vinculação de feitos que tramitam no 1º grau a desembargadores relatores de processos ou de recursos incidentes, permitindo o compartilhamento de informação entre os sistemas e um melhor acesso à informação. Também foram feitas melhorias e expansão no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), por meio da contribuição de vários setores do TJPA para promover treinamento, suporte e digitalização de documentos físicos.

- **Inovação e aperfeiçoamento da gestão dos sistemas de informação**

Todo o conjunto de serviços de TIC programados foram disponibilizados após os respectivos planos de atualização tecnológico, o que inclui evoluções sistêmicas na Arrecadação Judicial, Selo Digital, LIBRA, PJe, CAPJus, Plenário Virtual, GRP-Thema (integração com o SIAFEM em rotinas pré-empenho), AUDI (controle interno), Sistema SEA (apoio à Secretaria de Arquitetura e Engenharia), além do PROMAG, conclusão do Consórcio DBJur/STJ e os novos portais da Escola Judicial, de Atos Normativos, do TJPA (fase 1), e da Transparência.

- **Aprimoramento da segurança da informação**

Em relação segurança operacional, com vistas a reduzir as chances de uso indevido de recursos computacionais (maior índice de segurança e menor índice de vulnerabilidade), procedeu-se a atualização do *Firewall Palo Alto* para sua última versão 8.0. Além disso, houve a compatibilização da imagem de máquinas virtuais com finalidade de *Firewall* nos equipamentos *Riverbed*, que sustentam serviços essenciais em algumas unidades judiciárias no interior.

- **Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação**

Foi concluída a automatização de indicadores do Contrato de Suporte de Informática, com vistas ao acompanhamento dos níveis de serviço atingidos pelo fornecedor desse serviço.

Adicionalmente, com vistas a melhorar a eficácia e eficiência dos atendimentos técnicos, foram concluídas as atualizações dos processos relacionados aos atendimentos realizados por meio de chamados, de forma a executar os atendimentos conforme as boas práticas sugeridas pela biblioteca IT *Infrastructure Library - ITIL* - que consiste em biblioteca composta por uma coleção de livros que tem como foco apresentar práticas para Gerenciamento de Serviços de TI.

Procedeu-se também uma reestruturação do catálogo de serviços da Secretaria de Informática, de forma que este seja mais acessível ao usuário final e possua maior clareza nas regras de escalação, aprovação e delegação de responsabilidades.

<b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modernização da infraestrutura de TIC</li> <li>2. Gestão do sistema de informação</li> <li>3. Aprimoramento da segurança da informação</li> <li>4. Fortalecimento da governança na área de tecnologia de informação e comunicação</li> </ol>
<b>META 2019</b>	Não há para 2019
<b>INDICADOR</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Índice de Execução do Planejamento Estratégico de TIC</li> </ol>
<b>FÓRMULA DE CÁLCULO</b>	$1.IPETIC = (N^{\circ} \text{ de metas alcançadas} / \text{Total de Metas Programadas}) \times 100$